ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE DESESTATIZAÇÕES
 (Artigo 4º, § 2, Inciso 3 da Lei Complementar nº 101/2000)

Posição : 31.12.2002 Em R\$ 1.000,00

FONTE	VALORES INGRESSADOS	VALORES UTILIZADOS	HISTÓRICO
SEM MOVIMENTO			

Posição: 31.12.2003

FONTE	VALORES INGRESSADOS	VALORES UTILIZADOS	HISTÓRICO
SEM MOVIMENTO			

Posição: 31.12.2004

FONTE	VALORES INGRESSADOS	VALORES UTILIZADOS	HISTÓRICO
SEM MOVIMENTO			

Fonte: SIC – Sistema Integrado de Contabilidade

METAS FISCAIS
 Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006
 (Art. 4º, § 2º, inciso V, da LC nº 101/2000)
Margem de Expansão das despesas obrigatórias de Caráter continuado

O artigo 17 da Lei Complementar nº 101/2000 introduziu o conceito de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado como sendo a Despesa Corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo normativo que fixem para o Ente a obrigação de sua execução por um período superior a 2 (dois) anos.

Essas despesas, de acordo com a referida lei, deverão ter cobertura mediante o aumento permanente de receita, cujo montante suporte seu financiamento.

Na apuração da margem de expansão do Estado do Piauí, para o exercício de 2006, verificou-se a repercussão do crescimento real da atividade econômica na receita do ICMS, calculada pelo algoritmo de "Alisamento Exponencial" (Exponential Smoothing) de Holt e Winters. Este algoritmo é conceitualmente simples e possui um excelente desempenho de previsão em várias séries temporais. Outra vantagem é que ele leva em conta a sazonalidade, o que é fundamental no caso do ICMS e, além disso, já vem implementado em funções de previsão em softwares como o Excel da Microsoft, o que facilita em muito a sua utilização.

Considerando o crescimento do ICMS para exercício de 2006 no valor de R\$ 802.667 mil, deduzido das Transferências aos municípios no valor de R\$ 200.666 mil e R\$ 154.507 para as perdas do Fundef, chega-se a uma margem bruta de R\$ 447.494, que deduzida do impacto do valor do salário mínimo e da possibilidade da atualização dos salários do pessoal ativo e inativo da Administração Direta e Indireta no valor de R\$ 64.462 mil, chega-se a uma margem líquida de R\$ 383.032 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo:

MARGEM DE EXPANSÃO 2006	
Arrecadação	802.667
Transferências	355.173
Transferências Constitucionais aos Municípios	200.666
Transferências ao Fundef (Perdas)	154.507
Margem Bruta (1-2)	447.494
Saldo utilizado	
impacto do Salário Mínimo e de novas despesas de pessoal	64.462
Margem Líquida (3-4)	383.032

METAS FISCAIS**Avaliação do cumprimento das metas fiscais – 2004**

(Artigo 4º, § 2, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu em seu artigo 4º, § 2º, Inciso I, que o anexo de Metas Fiscais conterá além do demonstrativo de metas anuais, a **evolução do patrimônio líquido, a avaliação da situação financeira atuarial do regime de previdência próprio dos servidores públicos estaduais, e a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.**

As metas fiscais do Estado do Piauí, para o exercício de 2004, foram originalmente estabelecidas através da Lei Estadual, nº 5.316 de 23 de julho de 2003 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício.

Resultado primário - O resultado primário neste exercício de 2004, foi de R\$ 352.109 mil, superior a 101,66% da meta fixada inicialmente de R\$ 174.607 mil., portanto atendeu a expectativa de realização, não somente porque atingiu a meta fiscal, mas, também porque foi decorrente de um bom desempenho das receitas correntes, que permitiu a cobertura integral das despesas correntes e ainda a geração de excedentes para a cobertura das despesas de capital. As receitas correntes realizadas foram na ordem de R\$ 2.365.707 mil, em contrapartida com as despesas correntes executadas no valor de R\$ 2.095.052 mil, ocasionando um superávit corrente de R\$ 270.655 mil.

Receita total – A receita total realizada no exercício de 2004, incluindo a Administração Direta e Indireta, com exclusão das transferências intragovernamentais e com recursos de todas as fontes foi de R\$ 2.453.611 mil, para uma previsão de R\$ 2.290.645 mil, correspondente a um percentual de realização na ordem de 107,12%. Cabe destacar o desempenho das receitas correntes, que decorrem principalmente dos impostos arrecadados pelo Estado e das transferências correntes, tendo uma realização de 117,59% em relação ao valor orçado.

Avaliação da situação financeira e atuarial do regime de previdência próprio dos servidores públicos estaduais

(Artigo 4º, § 2, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000)

O regime de previdência social, no que concerne ao seguro social, é administrado pelo Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí – IAPEP, autarquia instituída pela Lei nº 2.742, de 31 de janeiro de 1966.

O regime de previdência social dos servidores públicos do Estado do Piauí, tem por finalidade assegurar a seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, encargos familiares, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

A lei complementar nº 039 de 14 de julho de 2004, instituiu o Fundo de Previdência Social do regime próprio de previdência social dos servidores públicos, policiais militares e bombeiros militares, ativo e inativos e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Piauí de qualquer dos poderes e dos membros da magistratura, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que será constituído pelas contribuições previstas nos respectivos planos de custeio do Regime próprio de Previdência Social do Estado do Piauí, e as demais disposições da Lei.

Tem por finalidade custear os atuais e futuros benefícios aos segurados e dependentes do Regime próprio de previdência

Foram inteiramente custeados pelos cofres do Estado e de suas Autarquias, além de outras prestações previdenciárias que forem asseguradas por Lei, a aposentadoria dos servidores respectivos, sob qualquer regime jurídico, e os afastamentos do serviço por motivo de incapacidade para o trabalho, até outubro de 2004. A partir de então, todos os encargos foram assumidos pelo Fundo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA EXERCÍCIO DE 2004

Receitas	Previsto	Realizado	% realizado
RECEITAS CORRENTES	2.011.844.452	2.365.707.404	117,59
Receita Tributária	681.714.815	844.348.819	123,86
Receita Patrimonial	1.659.924	10.461.135	630,22
Receita de Serviços	711.396	233.205	32,79
Transferências Correntes	1.094.957.616	1.218.712.246	111,31
Outras Receitas Correntes	232.800.701	291.951.999	125,41
RECEITAS DE CAPITAL	278.801.048	87.904.264	31,53
Operações de Crédito	76.083.000	32.474.465	42,69
Alienação de Bens	72.500.000	246.720	0,34
Amortização de Empréstimos	- 0 -	1.084.782	100,00
Transferência de Capital	114.886.740	52.565.301	45,76
Outras Receitas de Capital	15.331.308	1.532.996	10,00
TOTAL	2.290.645.500	2.453.611.668	107,12

Fonte: SIC – Sistema Integrado de Contabilidade